CCR SPVias — uma empresa motiva

Rodovias Integradas do Oeste S.A.

CNPJ/MF nº 03.497.792/0001-40

Relatório da Administração

1. Sobre a Companhia: 1.1 Aos acionistas: Submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes sobre as demonstrações financeiras elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, expressando os resultados alcançados no exercício social findo em 31 de dezembro de 2025, bem como sumário do trabalho que a Rodovias Integradas do Oeste S.A. - ("Motiva SPVias" ou "Companhia" ou "Concessionária") vem desenvolvendo em busca do aprimoramento do relacionamento com seus usuários, comunidades lindeiras, Poder Concedente e demais públicos interessados e da superação dos limites e da qualidade dos serviços prestados. **1.2 Apresentação:** A Companhia iniciou suas atividades operacionais em 10 de fevereiro de 2000 e passou a integrar a Motiva a partir do ano de 2010. A Companhia é uma sociedade por ações controlada pela Motiva, a qual detém, direta e indiretamente 100% do capital social da Companhia. A Motiva SPVias está localizada na cidade de Tatuí, Estado de São Paulo e foi outorgada em 1999. A concessionária administra 516 quilômetros de rodovias que compõem o Lote 20 do Programa de Concessões Rodoviárias do Estado de São Paulo, por onde trafegam diariamente mais de 97 mil veículos, compreendendo trechos das rodovias Castello Branco (SP-280), João Mellão (SP-255), Antonio Romano Schincariol (SP-127), Francisco da Silva Pontes (SP-127), Raposo Tavares (SP-270) e Francisco Alves Negrão (SP-258), formando assim um importante eixo de ligação entre o sudoeste do Estado de São Paulo e o Estado do Paraná. A Companhia conta com 506 colaboradores para oferecer conforto, fluidez e segurança aos usuários, beneficiando ainda uma população lindeira de aproximadamente 936 mil habitantes. A Concessionária desenvolve também programas socioculturais e ambientais, que são alinhados às iniciativas da Motiva e beneficiam usuários e as comunidades da região abrangida pelo lote da Concessionária. São projetos de educação para o trânsito, qualidade de vida para os motoristas e pedestres, e diversos outros que valorizam, sobretudo, a cidadania e preservação da vida. **1.3 Destaques do ano de 2025: Destaques financeiros:** • Distribuição de Dividendos no valor de R$ 148.393; e • Pagamento de Juros sobre Capital Próprio de R$ 18.216. **Destaque operacional:** • A Companhia tem contribuído positivamente com a estatística de acidentes de trânsito ao longo das rodovias. Em 1999, ano anterior ao início da concessão, foram registradas 108 mortes, sendo que em 2025 foram constatadas 62 mortes, ou seja, uma redução de 42,6% no número de mortes. As obras listadas abaixo foram entregues em 2025: • **SP-255 - Rodovia João Mellão; • SP-270 - Rodovia Raposo Tavares; • SP-258 - Rodovia Francisco Alves Negrão; • SP-127 - Rodovia Antonio Romano Schincariol e Rodovia Francisco da Silva Pontes.**

2. Estratégia e gestão: 2.1 Governança corporativa: Conselho de Administração: A Companhia é administrada por um Conselho de Administração e por uma Diretoria Executiva com poderes conferidos pela legislação aplicável e de acordo com seu Estatuto Social. O Conselho de Administração é, atualmente, composto por três membros efetivos, residentes no país. Os membros do Conselho de Administração, dentre os quais o Presidente e o Vice-Presidente do Conselho de Administração, são eleitos pelos seus acionistas reunidos em Assembleia Geral Ordinária para um mandato unificado de um ano, podendo ser reeleitos. Os membros do Conselho de Administração também podem ser eleitos em Assembleia Geral Extraordinária da Companhia. **Diretoria Executiva:** Os Diretores são responsáveis pela administração cotidiana e são eleitos pelo Conselho de Administração para um prazo de mandato de um ano, podendo ser reeleitos. Atualmente, a Diretoria é composta por dois membros, sendo um deles Diretor Presidente e o outro Diretor de Operações, conforme Estatuto Social da Companhia. O cargo de Diretor Presidente é exercido pelo Sr. Rodrigo Fernandes Monteiro e o cargo de Diretor de Operações é exercido pelo Sr. Fausto Camilotti. A Companhia está localizada na Rodovia Antonio Romano Schincariol, km 112,4, Bairro Guardinha, Tatuí, Estado de São Paulo e no endereço eletrônico https://rodovias.motiva.com.br/spvias/. **2.2 Gestão de pessoas:** A Motiva embasada em uma cultura de princípios e valores alinhados ao desenvolvimento das pessoas, conta com o apoio da Academia Motiva para potencializar a capacidade transformadora do aprendizado aos colaboradores e lideranças, ofertando subsídios para promover o crescimento de seus profissionais, de maneira sólida e responsável. Em 2025, a Academia Motiva atuou na estratégia de treinamento e desenvolvimento dos colaboradores da Plataforma Rodovias. Para a SPVias foram realizadas 3.739 horas de treinamento, com 69,04% de treinamentos na modalidade on-line, 4,76% na modalidade presencial e 26,19% na modalidade combinada (semipresencial). Em 2025, a Academia Motiva registrou um investimento de R$ 111 em programas de treinamento e capacitação de pessoas para a unidade SPVias.

3. Desempenho econômico e financeiro: 3.1 Mercado: A Companhia administra um conjunto de rodovias que percorre a região sudeste do país, uma das regiões mais importantes economicamente do Brasil. Estas rodovias constituem a principal ligação entre a capital e a região sudoeste do Estado de São Paulo, além dos Estados do Paraná e Mato Grosso do Sul. As rodovias funcionam como um importante meio para o escoamento da produção agrícola do sudoeste de São Paulo até a capital e Porto de Santos. A Companhia acredita que suas rodovias representam um importante elemento para a economia do Estado de São Paulo, estando sujeita às condições econômicas e políticas da região e do país. **Desempenho:**

Em R$ mil	2025	2024	Var.%
Receita Operacional Bruta (incluída a Receita de Construção)	**1.271.637**	**1.219.702**	**4,26%**
Receita Operacional Bruta (excluída a Receita de Construção)	**1.235.825**	**1.072.919**	**15,18%**
- Receita de Pedágio	1.166.365	1.067.082	9,30%
- Outras Receitas	69.460	5.837	1.089,99%

Em R$ mil	2025	2024	Var.%
Deduções da Receita Bruta	**(101.673)**	**(94.207)**	**7,93%**
Receita Líquida (excluída a Receita de Construção)	**1.134.152**	**978.712**	**15,88%**
(+) Receita de Construção	**35.812**	**146.783**	**-75,60%**
Custos e Despesas (a)	**(741.181)**	**(783.137)**	**-5,36%**
- Depreciação e Amortização	(243.974)	(194.197)	25,63%
- Serviços de Terceiros	(77.223)	(115.600)	-33,20%
- Custo da Outorga	(18.995)	(17.385)	9,26%
- Custo com Pessoal	(79.141)	(76.703)	3,18%
- Custo de Construção	(35.812)	(146.783)	-75,60%
- Provisão de Manutenção	(213.836)	(165.073)	29,54%
- Outros Custos e Resultados Operacionais	(72.200)	(67.396)	7,13%
EBIT ajustado	**428.783**	**342.358**	**25,24%**
Margem EBIT ajustada (b)	**37,81%**	**34,98%**	**8,08%**
EBIT (c)	**428.783**	**342.358**	**25,24%**
Margem EBIT	**36,65%**	**30,42%**	**20,48%**
(+) Depreciação e amortização	243.974	194.197	25,63%
EBITDA (b)	**672.757**	**536.555**	**25,38%**
Margem EBITDA	**57,50%**	**47,67%**	**20,62%**
(+) Provisão de manutenção (c)	213.836	165.073	29,54%
EBITDA ajustado	**886.593**	**701.628**	**26,36%**
Margem EBITDA ajustada (d)	**78,17%**	**71,69%**	**9,04%**
Resultado Financeiro Líquido	(123.451)	(101.115)	22,09%
Lucro (Prejuízo) Antes do IR & CS	**305.332**	**241.243**	**26,57%**
Imposto de Renda e Contribuição Social	(137.214)	(68.634)	99,92%
Lucro antes da participação dos minoritários	**168.118**	**172.609**	**-2,60%**
Lucro Líquido atribuído aos acionistas da controladora	**168.118**	**172.609**	**-2,60%**
Endividamento bruto (e)	**794.823**	**1.011.451**	**-21,42%**
Investimentos (caixa)	**132.167**	**161.718**	**-18,36%**
Veículos equivalentes (em milhares)	**75.562**	**72.970**	**3,60%**

(a) Custos e despesas: os itens deste grupo (por sua natureza) são apresentados nas demonstrações financeiras da Companhia por função nos seguintes grupos: Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos, Despesas Gerais e Administrativas, Outros Resultados Operacionais; (b) Calculados de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. (c) A margem EBIT ajustada, foi calculada por meio da divisão do EBIT ajustado pelas receitas líquidas, excluindo-se a receita líquida de construção, dado que esta é um requerimento das práticas contábeis adotadas no Brasil, cuja contrapartida afeta os custos totais; (d) A provisão de manutenção se refere à estimativa de gastos futuros com manutenção periódica e é ajustada, pois se refere a item não-caixa relevante das demonstrações financeiras; (e) A margem EBITDA ajustada foi calculada por meio da divisão do EBITDA ajustado pelas receitas líquidas, cuja contrapartida de igual valor afeta os custos totais; e (f) Somatório das debêntures de curto e longo prazo (líquido dos custos de transação). **3.1.1 Receita operacional:** A receita de pedágio totalizou em 2025 R$ 1.166.365 (9,30% sobre 2024), foi um ano com cenário econômico positivo, com bom desempenho da indústria e do comércio, que influenciou positivamente o tráfego de veículos de passeio e comercial. Isso resultou em um aumento de +3,6% considerável de tráfego no ano. Além disso, o reajuste anual de tarifa amplifica o resultado de receita entre os dois anos. **3.1.2 Custos e despesas:** Os custos e despesas apresentaram um aumento de 5,36% em relação a 2024, perfazendo R$ 741.181 no ano de 2025. Os principais motivos dessa variação estão indicados abaixo: • Os custos de construção totalizaram R$ 35.812, representando uma redução de 76,60% em relação a 2024, principalmente devido à concentração da obra de Duplicação do Trecho Urbano de Itapeva em 2024; • A provisão de manutenção atingiu R$ 213.836 e apresentou um aumento de 29,54% em 2025 em relação a 2024. Esse crescimento decorre da realização de revisões nas soluções e nas estimativas de custos das manutenções necessárias para atendimento ao novo ciclo de manutenção do pavimento, decorrente do Acordo Definitivo com o Estado, firmado em 31 de março de 2022, com vigência prevista até setembro de 2028, bem como do cumprimento das obrigações contratuais previstas no contrato de concessão e da aprovação dos projetos de intervenção junto ao poder concedente; • Os custos de depreciação e amortização somaram R$ 243.974 no ano de 2025. O aumento de 25,63% é reflexo da transferência da obra de Itapeva para o definitivo, da adição de ativo intangível da extensão de prazo referente ao TAM 22/2025 que estendeu o prazo da Concessão em 73 dias e do recálculo da curva de amortização, impactado diretamente pela assinatura do TAM 23/2025 que estendeu o prazo de concessão em 322 dias (de 03/12/2029 para 21/10/2030); • O custo de outorga atingiu R$ 18.995. O aumento de 9,26% em relação a 2024, deve-se principalmente ao aumento da receita de pedágio, que é reflexo do crescimento do tráfego, além do reajuste tarifário; • O Custo dos serviços de terceiros totalizou em R$ 77.223 em 2025, representando uma redução de 33,20% em relação a 2024, principalmente em Recuperação do Pavimento Flexível, em função da migração da verba de pavimento para provisão de manutenção, além de maiores gastos com consultorias jurídicas em 2024; • O custo com pessoal atingiu R$ 79.141 no ano de 2025, registrando um aumento de 3,18% quando comparado com o ano de 2024. Esse aumento é reflexo principalmente dos gastos compartilhados com pessoal referente às faturas de Custeio CSC, gastos com assistência médica, bem como seu reajuste contratual e sinistralidade apurada no período, além da capitalização de gastos com mão de obra em função da revisão de valores das obras; e • Os outros custos (seguros, aluguéis, materiais, equipamentos, veículos e outros), apresentaram um aumento de 7,13% em relação ao ano de 2024 e atingiram R$ 72.200 no ano de 2025. Esse aumento deve-se principalmente pelos maiores valores com campanhas e eventos devido a mudança do nome do grupo para Motiva. **3.1.3 Resultado financeiro:** No ano de 2025, o resultado financeiro líquido negativo registrado foi de R$ 123.451 comparado a um resultado de R$ 101.115 em 2024. O aumento de 22,1% ocorreu principalmente pela menor capitalização de juros devido a transferência dos investimentos para o definitivo, pelo maior AVP decorrente ao maior saldo de provisão para manutenção, o qual foi compensado parcialmente com as menores taxas apresentadas na liquidação da 12ª emissão em relação à 9ª, 10ª e 11ª emissão de debêntures. **3.1.4 Lucro líquido:** O lucro líquido registrado nesse ano foi de R$ 168.118, refletindo uma redução de 2,60% quando comparado ao ano anterior, ocasionado principalmente pelo menor resultado financeiro. **3.1.5 Endividamento:** No ano de 2025 a dívida bruta alcançou R$ 794.823 em comparação a R$ 1.011.451 em 2024, especialmente devido ao pré-pagamento da 12ª emissão em ago/25. **3.1.6 Investimentos:** A Companhia investiu cerca de R$ 132.167 em 2025, nas rodovias SP-127, SP-255, SP-258, SP-270. Os investimentos, principalmente aqueles em obras de grande porte, têm contribuído significativamente para melhoria da qualidade de vida e segurança da população lindeira e dos usuários em geral. Dentre os principais investimentos, destaca-se: **SP-255 - Rodovia João Mellão:** • Sinalização Horizontal + Tachas - km 254+280 ao km 261+420 em Avaré; **SP-270 - Rodovia Raposo Tavares:** • Recuperação de Drenagem do km 164; **SP-258 - Rodovia Francisco Alves Negrão:** • Duplicação Capão Bonito - Itararé; • Duplicação Trecho Urbano de Itapeva; **SP-127 - Rodovia Antonio Romano Schincariol e Rodovia Francisco da Silva Pontes:** • Adequação Galpão da Sede km 112+400.

4. Sustentabilidade: A Sustentabilidade segue como um tema estratégico para a Motiva, orientando a geração de valor para acionistas, clientes, fornecedores, colaboradores, sociedade e demais públicos de relacionamento. Em 2025, a Companhia avançou na implementação da Ambição 2035, cuja visão atualizada reflete sua aspiração de longo prazo e está estruturada em quatro eixos principais: Crescimento Rentável e Seletivo, Geração de Valor, Balanço Robusto e Liderança Sustentável. Para atuar no eixo de Liderança Sustentável, a Motiva conta com uma Estratégia de Sustentabilidade robusta organizada em 5 pilares: Redução do Risco Climático e da Pegada Ambiental, Gestão Sustentável da Cadeia de Valor, Impacto Positivo na Sociedade, Valorização das Pessoas e Cultura de Integridade e Segurança. Mais informações sobre as metas de cada pilar, status e Governança da Estratégia estão disponíveis em: https://www.motiva.com.br/esg/nossas-praticas/. Entre os principais marcos, destaca-se a liderança exercida na Coalizão para a Descarbonização dos Transportes, iniciativa que promoveu um esforço coletivo em prol da descarbonização sustentável do setor, com base nas tecnologias e informações atualmente disponíveis, as quais poderão evoluir com novos avanços futuros. Aproximadamente 120 empresas participaram do processo, resultando no mapeamento de 90 alavancas de descarbonização. O estudo identificou três vetores principais para reduzir as emissões do setor em até 70% até 2050: (i) mudança na matriz de transportes para modos mais eficientes; (ii) expansão da eletrificação e uso de soluções power-to-x; e (iii) ampliação do uso de biocombustíveis. O estudo completo da iniciativa está disponível em: Relatório Coalizão Transportes - Completo. Além disso, a Companhia participou da COP 30, realizada em Belém (PA), reforçando seu compromisso com as discussões globais sobre mudanças climáticas e contribuindo para debates estratégicos relacionados ao setor de mobilidade e infraestrutura. Em parceria com atores relevantes, foi estruturada uma agenda estratégica voltada à mitigação e adaptação da infraestrutura de mobilidade, com o objetivo de promover o desenvolvimento de cidades mais inclusivas, resilientes e sustentáveis. A participação foi marcada por diálogo e colaboração com sociedade civil, setor privado e poder público, promovendo discussões sobre descarbonização setorial, proteção da biodiversidade, adaptação climática e cidades sustentáveis e resilientes. Ao longo do evento, a Companhia esteve presente em 27 painéis, dentro e fora da Blue Zone, reforçando seu papel de liderança no setor. Essa atuação evidencia nosso compromisso em antecipar tendências, influenciar políticas públicas e contribuir para soluções que acelerem a transição para uma economia de baixo carbono. No desempenho em índices e reconhecimentos, a Motiva manteve, pelo 15º ano consecutivo, sua presença na carteira do Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) da B3. A Companhia também permanece listada no Índice de Carbono Eficiente (ICO2) e conquistou, pelo 12º ano consecutivo, o Selo Ouro do Programa Brasileiro GHG Protocol. Além disso, registrou avanço significativo no Índice CSA (Corporate Sustainability Assessment) da S&P Global em 2025, refletindo o fortalecimento das práticas de sustentabilidade e alinhamento aos mais altos padrões globais. A Motiva segue acompanhando as atualizações de ratings e avaliações externas. Em 2025, lançamos a Política de Sustentabilidade, reforçando a governança e a integração dos temas ESG à gestão corporativa. Também passamos a divulgar trimestralmente os indicadores de sustentabilidade, permitindo acompanhar a evolução dos compromissos assumidos na Estratégia de Sustentabilidade da Motiva. Saiba mais em: https://www.motiva.com.br/esg/nossas-praticas/. A atuação sustentável da Motiva está ancorada em um conjunto robusto de políticas corporativas - incluindo o Estatuto Social, Código de Ética e demais diretrizes - disponíveis na seção de Governança de seu site. Anualmente, a Companhia reporta seus avanços e resultados por meio do Relatório de Sustentabilidade elaborado conforme as referências do International Integrated Reporting Council -Relato Integrado (IIRC), Global Reporting Initiative (GRI) e Sustainability Accounting Standards Board (SASB). A edição mais recente está disponível em: https://www.motiva.com.br/esg/nossas-praticas/. **4.1 Iniciativas voluntárias:** A Motiva participa voluntariamente de iniciativas externas conduzidas por instituições de reconhecida credibilidade e adota frameworks internacionalmente consolidados, reforçando seu compromisso com a promoção do desenvolvimento sustentável. Entre elas, destacam-se o Pacto Global da ONU, que dissemina princípios voltados à responsabilidade corporativa, e a Agenda 2030, com seus Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. A Motiva é aderente ao Movimento Ambição Net Zero e, em 2025, passou a integrar os Movimentos Mente em Foco, voltado à promoção da saúde mental, e Transparência 100%, que incentiva práticas de integridade e combate à corrupção além das obrigações legais. Também participa da iniciativa Liderança com Impacto, representada pelo CEO Miguel Setas como porta-voz do ODS 11 - Cidades e Comunidades Sustentáveis. Adicionalmente, é associada ao Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável (CEBDS), atuando como agente de transformação rumo a uma economia mais sustentável e equitativa. Em 2025, a Motiva firmou parcerias estratégicas para fortalecer sua agenda de Sustentabilidade, incluindo a Fundação SOS Mata Atlântica e as Reservas Votorantim para conservação da biodiversidade, a adesão à TNFD para gestão de riscos relacionados à natureza, e alianças com empresas do setor elétrico para garantir energia 100% renovável. Incentivando a transparência na gestão de emissões de gases de efeito estufa, a companhia é adepta ao CDP, GHG Protocol e à Science Based Targets Initiative (SBTi). Para a elaboração do Relatório de Sustentabilidade a companhia adota GRI e SASB. Além disso, a Companhia está se preparando para uma transição de reporte de sustentabilidade, visando atender às normas International Financial Reporting Standards - IFRS S1 e S2, que serão obrigatórias a partir de 2026. Essa iniciativa consolida a aderência às melhores práticas globais de divulgação de informações financeiras relacionadas à sustentabilidade, reforçando a integração entre gestão financeira e aspectos ESG, com transparência e alinhamento às exigências internacionais. **4.2 Instituto Motiva:** O Instituto Motiva é uma instituição privada sem fins lucrativos, criada em 2014, para gerenciar o investimento social da Motiva. O objetivo é ampliar o conceito de mobilidade por meio de iniciativas de educação e cultura, mobilidade e cidades sustentáveis e, saúde e segurança. Está sob responsabilidade do Instituto, a gestão dos projetos incentivados, campanhas, voluntariado e programas proprietários. Em 2025, o Instituto Motiva - evolução do Instituto CCR - lançou sua nova marca e estratégia com foco na promoção de cidades mais resilientes, inclusivas e sustentáveis, atuando pelos pilares de Soluções Sustentáveis, Redução das Desigualdades e Qualidade de Vida, orientando o investimento social por meio de Coalizões, Impacto Territorial e Promoção de Causas. Nesse ano, priorizou 20 territórios estratégicos, realizou diagnósticos e desenvolveu planos participativos com lideranças locais, investindo mais de R$ 82 milhões em mais de 50 projetos que beneficiaram 2,1 milhões de pessoas, além de ampliar seu compromisso de impacto até 2035 para mais de R$ 1 bilhão. Criado em 2014, o Instituto já destinou cerca de R$ 300 milhões a projetos que beneficiaram mais de 18 milhões de pessoas em 430 municípios, consolidando-se como um dos principais investidores sociais do país. Entre as iniciativas, destacam-se o Programa Escolas Baseadas na Natureza, que alcançou mais de 16 mil professores; o Caminhos para a Saúde, que atendeu mais de 27 mil pessoas; o Programa de Voluntariado Corporativo, que engajou mais de 5 mil colaboradores; o Estação Motiva Cultural, que já recebeu mais de 23.300 pessoas; e o Projeto Centenários, que desde 2023 impactou mais de 730 mil pessoas, sendo 550 mil apenas em 2025, homenageando grandes nomes da cultura brasileira e transformando as estações da Linha 4-Amarela em espaços de memória e encontro. Lideramos a Coalizão para a Descarbonização dos Transportes e apresentamos recomendações na COP30, em Belém. Ao final do ano, a Coalizão conquistou os prêmios Aberje e Eco da Amcham, e o Estação Motiva Cultural ficou em segundo lugar no Prêmio CONCERTO. Saiba mais em https://www.motiva.com.br/instituto/. **4.3 Reconhecimentos e Prêmios:** A Rodovia Raposo Tavares (SP-270), que possui trecho administrado pela SPVias, empresa da Motiva, entre Araçoiaba da Serra e Itapetininga, está entre as dez melhores rodovias do país segundo o Ranking Nacional da Pesquisa CNT de Rodovias, da Confederação Nacional dos Transportes, divulgado em dezembro. Em 2025, o trecho da SP-270 avaliado, entre São Paulo e Itapetininga, obteve a nona colocação no Ranking.

5. Considerações finais: 5.1 Agradecimentos: A Companhia agradece a todos que contribuíram para o alcance dos objetivos e resultados apresentados, em especial aos Acionistas, ao Poder Concedente, aos Órgãos Federais, Estaduais e Municipais, aos usuários, fornecedores e instituições financeiras. Aos nossos colaboradores, nosso agradecimento pela dedicação, esforço e resultados alcançados. **5.2 Auditores independentes:** Em nosso relacionamento com o Auditor Independente, buscamos avaliar o conflito de interesses com trabalhos de não-auditoria com base no princípio de que, o auditor não deve auditar seu próprio trabalho, exercer funções gerenciais e promover nossos interesses. Entretanto, não contratamos nossos Auditores Independentes para trabalhos diversos daqueles correlatos à auditoria externa. As informações financeiras da Companhia, aqui apresentadas, estão de acordo com os critérios da legislação societária brasileira, a partir de informações financeiras auditadas. As informações não financeiras, assim como outras informações operacionais, não foram objeto de auditoria por parte dos Auditores Independentes.

Tatuí, 26 de fevereiro de 2026.

A Administração.

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024 *(Em milhares de Reais)*

Ativo	Nota	2025	2024
Circulante		**235.042**	**202.078**
Caixa e equivalentes de caixa	6	31.058	87.232
Aplicações financeiras	6	105.085	25.291
Contas a receber	7.1	92.378	80.797
Contas a receber de partes relacionadas	9	54	1
Tributos a recuperar		1.834	5.237
Despesas antecipadas e outros créditos		4.633	3.520
Não circulante		**1.590.293**	**1.615.443**
Realizável a longo prazo			
Tributos a recuperar		138	484
Imposto de renda e contribuição social diferidos	8.2	136.557	95.107
Depósitos judiciais e outros créditos		239.732	194.829
Imobilizado	10	91.115	82.181
Intangível	11	1.105.969	971.069
Infraestrutura em construção	11	15.957	270.967
Direito de uso em arrendamento		825	806
Total do Ativo		**1.825.335**	**1.817.521**

Passivo e Patrimônio Líquido	Nota	2025	2024
Circulante		**531.317**	**269.945**
Debêntures	12	112.802	110.336
Fornecedores		30.485	50.245
Imposto de renda e contribuição social		42.471	29.604
Impostos e contribuições a recolher		15.965	13.041
ISS a recolher		5.932	6.244
Obrigações sociais, trabalhistas e previdenciárias		8.097	8.982
Fornecedores e contas a pagar a partes relacionadas	9	4.155	3.544
Provisão de manutenção	14	307.433	45.287
Obrigações com o Poder Concedente	19.1	1.739	1.500
Passivo de arrendamento		741	401
Outras obrigações		1.497	761
Não circulante		**992.525**	**1.290.322**
Debêntures	12	682.021	901.115
Pis e Cofins diferidos		3.207	2.194
Fornecedores		5.817	6.406
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas, previdenciários e tributários	13.1	5.419	5.156
Provisão de manutenção	14	295.908	374.988
Passivo de arrendamento		153	463
Patrimônio Líquido	15	**301.493**	**257.254**
Capital social		205.225	205.225
Adiantamento para futuro aumento de capital		42.771	-
Reservas de capital		-	39
Reservas de lucros		53.497	51.990
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		**1.825.335**	**1.817.521**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 *(Em milhares de Reais)*

	Nota	Capital social	AFAC	Reserva de capital: Plano de Incentivo de Longo Prazo	Reserva de lucros: Legal	Reserva de lucros: Retenção de lucros	Lucros acumulados	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2024		**205.225**	**-**	**55**	**41.045**	**43.180**	**-**	**289.505**
Lucro líquido do período		-	-	-	-	-	172.609	172.609
Plano de Incentivo de longo prazo, liquidável em ações		-	-	(16)	-	-	-	(16)
Distribuição de dividendos adicionais em 29 de abril de 2024		-	-	-	-	(43.180)	-	(43.180)
Juros sobre capital próprio em 22 de março de 2024 (líquido)		-	-	-	-	-	(3.902)	(3.902)
Juros sobre capital próprio em 22 de março de 2024 (IRRF)		-	-	-	-	-	(689)	(689)
Juros sobre capital próprio em 24 de junho de 2024 (líquido)		-	-	-	-	-	(4.303)	(4.303)
Juros sobre capital próprio em 24 de junho de 2024 (IRRF)		-	-	-	-	-	(759)	(759)
Juros sobre capital próprio em 23 de setembro de 2024 (líquido)		-	-	-	-	-	(4.887)	(4.887)
Juros sobre capital próprio em 23 de setembro de 2024 (IRRF)		-	-	-	-	-	(862)	(862)
Juros sobre capital próprio em 23 de setembro de 2024 (líquido)		-	-	-	-	-	(2.686)	(2.686)
Juros sobre capital próprio em 23 de setembro de 2024 (IRRF)		-	-	-	-	-	(474)	(474)
Juros sobre capital próprio em 13 de dezembro de 2024 (líquido)		-	-	-	-	-	(2.550)	(2.550)
Juros sobre capital próprio em 13 de dezembro de 2024 (IRRF)		-	-	-	-	-	(450)	(450)
Distribuição de dividendos intermediários em 27 de Novembro de 2024		-	-	-	-	-	(140.102)	(140.102)
Reserva de retenção de lucros		-	-	-	-	10.945	(10.945)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024		**205.225**	**-**	**39**	**41.045**	**10.945**	**-**	**257.254**
Saldos em 1º de janeiro de 2025		**205.225**	**-**	**39**	**41.045**	**10.945**	**-**	**257.254**
Plano de Incentivo de Longo Prazo, liquidável em ações		-	-	(39)	-	-	-	(39)
Distribuição de dividendos adicionais em 24 de março de 2025	15.5	-	-	-	-	(10.945)	-	(10.945)
Adiantamento para futuro aumento de capital em 08 de setembro de 2025	15.6	-	42.771	-	-	-	-	42.771
Lucro líquido do período		-	-	-	-	-	168.118	168.118
Juros sobre capital próprio em 25 de abril de 2025 (líquido)	15.4	-	-	-	-	-	(4.206)	(4.206)
Juros sobre capital próprio em 25 de abril de 2025 (IRRF)	15.4	-	-	-	-	-	(742)	(742)
Juros sobre capital próprio em 25 de junho de 2025 (líquido)	15.4	-	-	-	-	-	(5.147)	(5.147)
Juros sobre capital próprio em 25 de junho de 2025 (IRRF)	15.4	-	-	-	-	-	(908)	(908)
Juros sobre capital próprio em 23 de setembro de 2025 (líquido)	15.4	-	-	-	-	-	(6.132)	(6.132)
Juros sobre capital próprio em 23 de setembro de 2025 (IRRF)	15.4	-	-	-	-	-	(1.082)	(1.082)
Distribuição de dividendos intermediários em 18 de novembro de 2025	15.5	-	-	-	-	-	(137.449)	(137.449)
Reserva de retenção de lucros		-	-	-	-	12.452	(12.452)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2025		**205.225**	**42.771**	**-**	**41.045**	**12.452**	**-**	**301.493**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos resultados para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 *(Em milhares de Reais)*

	Nota	2025	2024
Receitas operacionais líquidas	16	**1.169.964**	**1.125.495**
Custos dos serviços prestados		**(657.321)**	**(705.184)**
Custo de construção		(35.812)	(146.783)
Serviços		(75.255)	(110.984)
Depreciação e amortização		(239.611)	(192.184)
Custo com pessoal		(45.223)	(46.069)
Provisão de manutenção	14	(213.836)	(165.073)
Custo da outorga		(18.995)	(17.385)
Materiais, equipamentos e veículos		(16.208)	(15.932)
Outros		(12.381)	(10.774)
Lucro bruto		**512.643**	**420.311**
Despesas operacionais			
Despesas gerais e administrativas		**(83.860)**	**(77.953)**
Despesas com pessoal		(33.918)	(30.634)
Serviços		(20.365)	(24.097)
Depreciação e amortização		(4.363)	(2.013)
Materiais, equipamentos e veículos		(967)	(1.021)
Lei Rouanet, incentivos audiovisuais, esportivos e outros		(7.232)	(6.606)
Campanhas publicitárias e eventos, feiras e informativos		(4.556)	(3.452)
Indenizações		(3.715)	(2.471)
Taxa de administração		(1.027)	(1.429)
Água, luz, telefone, internet e gás		(583)	(629)
Contribuições a sindicatos e associações de classe		(669)	(482)
Aluguéis de imóveis e condomínios		(86)	(104)
Reversão (provisão) para perda esperada - contas a receber das operações		18	(60)
Reversão para riscos cíveis, trabalhistas, previdenciários e tributários	13.1	(263)	509
Outras despesas operacionais		(6.134)	(5.464)
Resultado antes do resultado financeiro		**428.783**	**342.358**
Resultado financeiro	17	(123.451)	(101.115)
Lucro operacional antes do imposto de renda e da contribuição social		**305.332**	**241.243**
Imposto de renda e contribuição social - corrente e diferido	8.1	(137.214)	(68.634)
Lucro líquido do exercício		**168.118**	**172.609**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos resultados abrangentes para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 *(Em milhares de Reais)*

	2025	2024
Lucro líquido do período	**168.118**	**172.609**
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	**168.118**	**172.609**

As notas explicativas são parte integrante ds demonstrações financeiras.

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 *(Em milhares de Reais)*

Fluxos de caixa das atividades operacionais	Nota	2025	2024
Lucro líquido do período		**168.118**	**172.609**
Ajustes por:			
Imposto de renda e contribuição social diferidos	8.2	(41.450)	(55.727)
Depreciação e amortização	10 e 11	243.479	193.653
Depreciação – Direito de uso em arrendamento		495	544
Baixa do ativo imobilizado	10	670	331
Capitalização de custo dos empréstimos	10 e 11	(12.916)	(30.225)
Juros e variação monetária sobre debêntures	17	131.369	130.553
Constituição da provisão de manutenção	14	213.836	165.073
Ajuste a valor presente da provisão de manutenção	14	44.228	25.937
Provisão para perda esperada - contas a receber das operações	7.1	(18)	60
Constituição líquida de reversões e atualizações para provisões de cíveis, trabalhistas, previdenciários e tributários	13.1	4.377	6.065
Variação cambial sobre fornecedores estrangeiros	17	2	-
Receita de reequilíbrio - extensão prazo de concessão		(63.296)	-
Rendimento de aplicação financeira		(8.171)	(2.461)
Reversão do ajuste a valor presente do arrendamento	17	80	95
Plano de Incentivo de Longo Prazo, liquidável em ações		(39)	(16)
Variações nos ativos e passivos			
(Aumento) redução dos ativos			
Contas a receber das operações	7.1	(11.563)	(13.253)
Contas a receber de partes relacionadas	9	(53)	7.160
Tributos a recuperar		3.749	(3.367)
Adiantamentos a fornecedor		-	885
Depósitos judiciais, despesas antecipadas e outros créditos		(46.016)	(36.578)
Aumento (redução) dos passivos			
Fornecedores		(20.351)	16.081
Fornecedores e contas a pagar a partes relacionadas	9	611	(139)
Obrigações sociais, trabalhistas e previdenciárias		(885)	703
Impostos e contribuições a recolher e provisão imposto de renda e contribuição social		216.386	123.902
Pagamentos de imposto de renda e contribuição social		(160.869)	(126.003)
Obrigações com o Poder Concedente		239	6
Realização da provisão de manutenção	14	(74.998)	(1.124)
Pagamento de provisão para riscos cíveis, trabalhistas, previdenciários e tributários	13.1	(4.114)	(6.574)
Pis e Cofins diferidos		1.013	671
Outras obrigações		736	(279)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais		**584.649**	**568.582**
Fluxos de caixa das atividades de investimentos			
Aquisição de ativo imobilizado	10	(16.678)	(17.483)
Aquisição ao ativo intangível	11	(40.491)	(143.111)
Outros de ativo intangível		408	2.143
Aplicações financeiras líquidas de resgate	6	(71.794)	(17.851)
Aplicações na conta reserva líquidas de resgate	6	171	5
Caixa líquido usado nas atividades de investimentos		**(128.384)**	**(176.297)**
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos			
Debêntures			
Captações (líquidas de custos de transação)	20.1	(78)	871.885
Pagamento de principal	20.1	(221.000)	(934.000)
Pagamento de juros	20.1	(126.919)	(162.372)
Arrendamento			
Pagamento de principal e juros	20.1	(564)	(596)
Dividendos e juros sobre capital próprio pagos	20.1	(163.878)	(205.788)
Caixa líquido usado nas atividades de financiamento		**(512.439)**	**(430.871)**
Demonstração da redução do caixa e equivalentes de caixa		**(56.174)**	**(38.586)**
No início do exercício		87.232	125.818
No final do exercício		31.058	87.232
		(56.174)	**(38.586)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional: A Companhia é uma sociedade anônima de capital fechado domiciliada no Brasil, constituída de acordo com as leis brasileiras. O endereço registrado da sede está localizado na Rodovia Antônio Romano Schincariol, (SP-127), Km 112+400, no município de Tatuí, estado de São Paulo. A Companhia iniciou suas operações em 10 de fevereiro de 2000 e tem como objeto exclusivo, sob o regime de concessão até 21 de outubro de 2030, a exploração do Sistema Rodoviário incluindo trechos das rodovias Castello Branco (SP-280), João Mellão (SP-255), Antonio Romano Schincariol (SP-127), Francisco da Silva Pontes (SP-127), Raposo Tavares (SP-270) e Francisco Alves Negrão (SP-258), compreendendo a execução, gestão e fiscalização dos serviços delegados, incluindo serviços operacionais, de conservação e de ampliação do sistema e respectivos acessos, serviços complementares e não delegados, além de atos necessários ao cumprimento do objeto, de acordo com o Edital de Concorrência nº 20/CIC/98 do Departamento de Estradas de Rodagem - DER de São Paulo. A principal fonte de receita da Companhia é a arrecadação da tarifa de pedágio, cuja cobrança teve início em 11 de fevereiro de 2000. A tarifa de pedágio aplicável é especificada no contrato de concessão e está sujeita a um reajuste anual, em julho, com base nas fórmulas de reajuste estipuladas. Em 31 de março de 2022 foi celebrado o Termo Aditivo e Modificativo Coletivo nº 1/2022 (Acordo Definitivo) entre a Companhia e o Estado de São Paulo, por intermédio da Secretaria de Logística e Transportes ("Poder Concedente"), com a interveniência e anuência da ARTESP. Observando-se os termos e condições previstas no Termo Aditivo e Modificativo Preliminar Coletivo nº 1/2021, que foi celebrado no dia 29 de junho de 2021, o Acordo Definitivo teve o objetivo de (i) estabelecer os valores finais, apurados a partir dos cálculos realizados pela ARTESP, de cada um dos desequilíbrios econômico-financeiros dos contratos objeto do Acordo Definitivo, reconhecidos de forma irrevogável e irretratável no Acordo Preliminar; (ii) disciplinar as responsabilidades das partes e da ARTESP quanto às medidas necessárias para o encerramento das ações judiciais objeto do Acordo Definitivo; (iii) estabelecer que a Companhia assumirá a execução de novos investimentos e manutenções programadas. Com a assinatura do Acordo Definitivo, as Partes outorgaram quitações recíprocas com relação a quaisquer litígios, presentes ou futuros, que tenham por objeto os eventos de desequilíbrio econômico-financeiro efetivamente reequilibrados pelo Acordo Preliminar e pelo Acordo Definitivo. Em 28 de julho de 2022 foi celebrado o Termo Aditivo e Modificativo nº 21/2022 entre a Companhia e o Estado de São Paulo, por intermédio da Secretaria de Logística e Transportes ("Poder Concedente"), com a interveniência e anuência da ARTESP, resultando com extensão de prazo até o dia 21 de setembro de 2029 do Contrato de Concessão 010/CR/2000. O referido Termo Aditivo e Modificativo tem como objeto a inclusão da Obra de Prolongamento da Duplicação do Trecho Urbano do Município de Itapeva, entre os km 280+850 ao Km 282+700 e Km 284+700 ao Km 287+904, e Implantação de Dispositivo no Km 288+000, todos da Rodovia SP-258 Francisco Alves Negrão. Em 2023, houve recuperação de tráfego, sob influência do início da cobrança de eixo suspenso (SEFAZ) a partir de 01/10/2023. Conforme publicação em Diário Oficial do Estado de São Paulo "DOESP" de 23/06/2025 o Poder Concedente MANTÉM o acréscimo de R$ 0,20 nas tarifas de pedágio a partir de 01/07/2025, como medida cautelar de mitigação do impacto dos desequilíbrios do Contrato nº010/CR/00 (deliberações proferidas nas 165ª e 183ª Reuniões Extraordinárias do Conselho Diretor da ARTESP), e autoriza no âmbito da deliberação proferida na 1152ª Reunião Extraordinária do Conselho Diretor da ARTESP a APLICAÇÃO de novo acréscimo de R$ 0,10 (dez centavos) nas tarifas de pedágio por praça de pedágio. Diante do acima exposto, em 23/06/2025 o Poder Concedente publica em DOESP as tarifas a serem praticadas a partir de 01/07/2025, considerando o reajuste tarifário contratual de 5,31% (IPCA) além do reajuste adicional de R$ 0,30. Em 04 de julho de 2025 foi celebrado o Termo Aditivo e Modificativo Coletivo nº 22/2025 entre a Companhia e o Estado de São Paulo, por intermédio da Secretaria de Parcerias em Investimentos ("Poder Concedente"), com a interveniência e anuência da ARTESP, resultando com extensão de prazo até o 03 de dezembro de 2029 do Contrato de Concessão 010/CR/2000. O referido Termo Aditivo e Modificativo Coletivo tem como objeto a inclusão das obras de Implantação de Faixa de Segurança (Refúgio) entre o km 166+100 e o km 168+800 da Rodovia SP-270, realizadas durante o período de 25/04/2001 e 30/11/2002, em face da decisão judicial proferida nos autos do processo TJSP n. 0025894-76.2024.8.26.0053. Em 13 de novembro de 2025 foi celebrado o Termo Aditivo e Modificativo Coletivo nº 23/2025 entre a Companhia e o Estado de São Paulo, por intermédio da Secretaria de Parcerias em Investimentos ("Poder Concedente"), com a interveniência e anuência da ARTESP, resultando com extensão de prazo até o dia 21 de outubro de 2030 do Contrato de Concessão 010/CR/2000. O referido Termo Aditivo e Modificativo Coletivo tem como objeto a inclusão de 06 (seis) obras, sendo elas:

ORD.	ASSUNTO	Nº PROCESSO/PROTOCOLO
1	01.02.01.02.01.09 - SP 258 - Prolongamento da Duplicação de Itararé km 338 a 339	134.00027022/2023-51
2	01.03.02 - SP 255 - Implantação de dispositivo em desnível km 260+480	134.00027020/2023-61
3	02.04.01.19 - Remodelação Trevo km 110 na SP 127	134.000130019/2023-3
4	02.04.01.18 - Implantação e Dispositivo na SP 127 km 113	134.0001501/2023-03
5	02.04.01.20 - Implantação de Dispositivo na SP 127 km 115	134.00015017/2023-03
6	02.04.04.05 - Implantação de Dispositivo km 292 da SP 280	021.00000700/2023-04

Bens reversíveis, opção de renovação de contratos de concessão e direitos de rescindir o contrato: No final do período de concessão, retornam ao Poder Concedente todos os direitos, privilégios e bens adquiridos, construídos ou transferidos no âmbito do contrato de concessão, sem direito a indenizações. Entretanto, há previsão no contrato de concessão de direito ao ressarcimento relativo aos investimentos necessários para garantir a continuidade e atualidade dos serviços abrangidos pelo contrato de concessão, desde que ainda não tenham sido depreciados/amortizados e cuja implementação, devidamente autorizada pelo Poder Concedente, tenha ocorrido nos últimos cinco anos do prazo de concessão. Apesar do contrato de concessão não incluir cláusulas de renovação, a extensão do prazo de concessão pode ocorrer em caso de necessidade de reequilíbrio econômico-financeiro do contrato pactuado entre as partes. O direito do Poder Concedente de rescindir o contrato de concessão da Companhia incluem o desempenho insatisfatório da concessionária e a violação significativa dos termos do referido contrato. O contrato de concessão da Companhia poderá ser rescindido por iniciativa da Companhia, no caso de descumprimento das normas contratuais pelo Poder Concedente, tais como, o não pagamento por parte do Poder Concedente conforme estabelecido no contrato, mediante ação judicial especialmente intentada para esse fim. Neste caso, os serviços prestados pela Companhia não poderão ser interrompidos ou paralisados, até a decisão judicial transitada em julgado. **1.1. Principais eventos ocorridos durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025: 1.1.1. Principais eventos regulatórios: a. Termos Aditivos n.os 22 e 23 - SPVias:** Em 4 de julho de 2025, foi celebrado o Termo Aditivo e Modificativo n.º 22 ao contrato de concessão da Companhia, formalizando a incorporação de investimentos já realizados ao escopo contratual e recompondo o equilíbrio econômico-financeiro mediante a extensão do prazo de concessão em 73 dias, permitindo o reconhecimento da Receita de Reequilíbrio no montante de R$ 63.296, com a contrapartida no Ativo Intangível. Em 13 de novembro de 2025, foi celebrado o Termo Aditivo e Modificativo n.º 23 ao contrato de concessão da Companhia, formalizando a incorporação de investimentos adicionais não contemplados no contrato original e recompondo o equilíbrio econômico-financeiro mediante a extensão do prazo de concessão em 322 dias. **1.1.2. Outras informações relevantes - Processos judiciais, administrativos-regulatórios e arbitragem relacionados a questão dos contratos de concessão:** A Companhia é parte em processos judiciais, administrativos-regulatórios e arbitragens, relacionados a questão do contrato de concessão. Os processos administrativos-regulatórios são os instrumentos formais pelos quais ocorre a interação entre a Companhia e o Poder Concedente (como uma relação de prestador de serviço com o cliente) a respeito de temas diversos relativos ao contrato de concessão, abrangendo, mas não se limitando a questões que afetam interpretação contratual e o equilíbrio econômico-financeiro da concessão. Tais processos administrativos-regulatórios podem ser iniciados por qualquer das partes, e neles são apresentados e debatidos temas técnicos, regulatórios, contratuais e jurídicos de naturezas diversas sobre a dinâmica da concessão. Durante a sua tramitação, tais processos trazem posições preliminares ou não definitivas a respeito das expectativas de direito de cada parte solicitante. Decisões administrativas devem ser proferidas observando a legislação própria de regência e os próprios contratos de concessão e, de uma forma geral, podem ser objeto de revisão judicial ou arbitral. As naturezas dessas discussões contratuais tipicamente envolvem reajustes tarifários, eventos de força maior (i.e. pandemia COVID-19), modificações no momento de execução ou no escopo de obras previstas no contrato de concessão, controvérsias sobre o cumprimento ou não de requisitos contratuais específicos ou ainda sua forma de mensuração. Existem incertezas relacionadas à mensuração dos processos regulatórios, dentre elas: (i) o entendimento de cada uma das partes sobre o tema, (ii) negociações ou suas evoluções subsequentes, que alteram substancialmente os valores envolvidos, (iii) a complexidade de mensuração, que comumente envolvem perícias técnicas, (iv) elevada probabilidade de que temas diversos sejam avaliados e solucionados de forma conjunta, pelo respectivo saldo líquido dos pleitos reconhecidos de cada parte, e (v) a forma da liquidação. As resoluções finais sobre os temas regulatórios podem se dar de diversas formas, não excludentes, tais como: i) recebimento ou pagamento em caixa; ii) extensão ou redução de prazo contratual da concessão; e iii) redução ou incremento de compromisso de investimentos futuros, aumento ou redução da tarifa. Além disso, reequilíbrios recebidos sob a forma de aumento ou redução tarifária são reconhecidos à medida em que o serviço é prestado pela concessionária, assim como, reequilíbrios sob a forma de redução ou aumento de compromissos de investimentos futuros, que, por serem contratos executórios, serão reconhecidos no momento da realização da obra de melhoria da infraestrutura. O acionista e a Administração da Companhia reiteram sua confiança nos procedimentos legais vigentes aplicáveis ao contrato de concessão e avalia o risco de perda das discussões relacionadas a questões regulatórias dos contratos como sendo remoto e/ou sem expectativa de desembolso de caixa. As demonstrações financeiras não contemplam ajustes decorrentes dessas discussões.

2. Apresentação das demonstrações financeiras: Declaração de conformidade (com relação às Práticas contábeis adotadas no Brasil): As demonstrações financeiras foram preparadas conforme com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP). Em 26 de fevereiro de 2026, foi aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia a emissão das demonstrações financeiras. A Administração afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão divulgadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas por ela na sua gestão. **Base de mensuração:** As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo através do resultado. **Moeda funcional e moeda de apresentação:** As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **Uso de estimativas e julgamentos:** A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas periodicamente pela Administração da Companhia, sendo as alterações reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados. **Incertezas sobre premissas e estimativas:** As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas na data da emissão do relatório que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas notas explicativas:

- 7.1. Provisão para perda esperada: principais premissas para determinação do risco de crédito;
- 8.2. Impostos diferidos: valor de reconhecimento de ativos fiscais diferidos, baseado na disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual poderão ser utilizados;
- 11. Amortização dos ativos intangíveis: curva de amortização;
- 13.1. Provisão para riscos cíveis, trabalhistas, previdenciários e tributários: determinação de valor suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso;
- 14. Provisão de manutenção: estimativa de valor para manutenção futura e taxa de desconto da estimativa e;
- 18. Instrumentos financeiros mensurados ao valor justo: premissas para mensuração do valor justo, com base em dados observáveis.

3. Políticas contábeis materiais: As políticas contábeis materiais descritas têm sido aplicadas consistentemente nos exercícios apresentados nas demonstrações financeiras. **3.1. Moeda estrangeira: Transações em moeda estrangeira:** Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional da Companhia pela taxa de câmbio da data do fechamento. Ativos e passivos não monetários adquiridos ou contratados em moeda estrangeira, são convertidos com base nas taxas de câmbio das datas das transações ou nas datas de avaliação ao valor justo, quando este é utilizado, e passam a compor os valores dos registros contábeis em reais destas transações, não se sujeitando a variações cambiais posteriores. Os ganhos e as perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e os passivos são reconhecidos na demonstração de resultados. **3.2. Receitas de contratos com clientes:** É aplicado um modelo de cinco etapas para contabilização de receitas decorrentes de contratos com clientes, de tal forma que uma receita é reconhecida por um valor que reflete a contrapartida a que uma entidade espera ter direito em troca de transferência de controle de bens ou serviços para um cliente. As cinco etapas mencionadas acima são: (1) identificação de contratos com clientes; (2) identificação das obrigações de desempenho do contrato; (3) determinação do preço de transação; (4) alocação do preço da transação para obrigações de performance e; (5) reconhecimento da receita. As receitas de pedágio são reconhecidas quando da utilização pelos usuários/clientes das rodovias. As receitas acessórias são reconhecidas quando da prestação dos serviços. Receitas de construção: segundo a ICPC 01 (R1), quando a concessionária presta serviços de construção ou melhorias na infraestrutura, contabiliza receitas e custos relativos a estes serviços, os quais são determinados em função do estágio de conclusão da evolução física do trabalho contratado, que é alinhada com a medição dos trabalhos realizados. Receitas de remuneração de contas a receber do Poder Concedente é reconhecida como complemento da receita da concessionária, à medida que a concessionária tem o direito de ser remunerada pelo Poder Concedente em razão de implantação da infraestrutura, operação ou indenização. As receitas são reconhecidas no período de competência, ou seja, quando da utilização pelos usuários dos bens públicos objeto da concessão ou quando da prestação de serviço. Os valores das tarifas são pactuados na celebração de cada contrato de concessão, que preveem as premissas de reajustes anuais. Uma receita não é reconhecida se há incerteza significativa na sua realização. Para maiores detalhes, vide nota explicativa n.º 16. **3.3. Instrumentos financeiros: Reconhecimento e mensuração inicial:** As contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, mais ou menos, para um item não mensurado ao valor justo por meio do resultado (VJR), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação. **Classificação e mensuração subsequente: Ativos financeiros:** No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado ou ao VJR. Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: • é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e • seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria. **Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio:** A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem: • as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos; • como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia; • os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados; • como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e • a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras. As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia. Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado. **Ativos financeiros - Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros:** Para fins dessa avaliação, o 'principal' é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os 'juros' são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro. A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais, de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera: • eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa; • termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis; • o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e • os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo). O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente o que pode incluir uma compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial. **Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas:** Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.

Ativos financeiros a custo amortizado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.
Ativo financeiro a VJR	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado.

Desreconhecimento: Ativos financeiros: A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando: • os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram; ou • transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação em que: • substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos; ou • a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro. A Companhia realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos. **Passivos financeiros:** A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado. **Compensação:** Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **3.4. Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras: Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e aplicações financeiras com conversibilidade imediata e risco insignificante de mudança de valor. São recursos mantidos com a finalidade de atender compromissos de curto prazo. Além dos critérios acima, utiliza-se como parâmetro de classificação, as saídas de recursos previstas para os próximos 3 meses a partir da data da avaliação. **Aplicações financeiras:** Referem-se aos demais investimentos financeiros não enquadrados nos itens acima mencionados. **3.5. Custo de transação na emissão de títulos de dívida:** Os custos incorridos na captação de recursos junto a terceiros são apropriados ao resultado em função da fluência do prazo, com base no método do custo amortizado, que considera a Taxa Interna de Retorno (TIR) da operação para a apropriação dos encargos financeiros durante a vigência da operação. A taxa interna de retorno considera todos os fluxos de caixa, desde o valor líquido recebido pela concretização da transação até todos os pagamentos efetuados ou a efetuar, para a liquidação dessa transação. **3.6. Ativo imobilizado: Reconhecimento e mensuração:** O ativo imobilizado é mensurado ao custo histórico de aquisição ou construção de bens, deduzido das depreciações acumuladas e perdas de redução ao valor recuperável *(impairment)* acumuladas, quando necessário. Os custos dos ativos imobilizados são compostos pelos gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição/construção dos ativos, incluindo custos dos materiais, de mão de obra direta e quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e em condição necessária para que esses possam operar. Além disso, para os ativos qualificáveis, os custos de empréstimos são capitalizados. Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado. Outros gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos do item do imobilizado a que se referem, caso contrário, são reconhecidos no resultado como despesas. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado apurados pela comparação entre os recursos advindos de alienação com o valor contábil do mesmo são reconhecidos no resultado em outras receitas/despesas operacionais. O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido como tal, caso seja provável que sejam incorporados benefícios econômicos a ele e que o seu custo possa ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente reposto por outro é baixado. Os custos de manutenção são reconhecidos no resultado quando incorridos. **Depreciação:** A depreciação é computada pelo método linear, às taxas consideradas compatíveis com a vida útil econômica e/ou o prazo de concessão, dos dois o menor. As principais taxas de depreciação estão demonstradas na nota explicativa n.º 10. Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício social e eventuais ajustes são reconhecidos como mudanças de estimativas contábeis. **3.7. Ativos intangíveis:** A Companhia possui os seguintes ativos intangíveis: • Direito de uso e custos de desenvolvimento de sistemas informatizados. São demonstrados ao custo de aquisição, deduzidos da amortização, calculada de acordo com a vida útil. • Direito de exploração de infraestrutura - vide item 3.15. Os ativos em fase de construção são classificados como Infraestrutura em construção. Os ativos intangíveis com vida útil definida são monitorados sobre a existência de qualquer indicativo sobre a perda de valor recuperável. Caso tais indicativos existam, a Companhia efetua o teste de valor recuperável. **3.8 Redução ao valor recuperável de ativos (impairment): Ativos financeiros não derivativos:** A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre ativos financeiros mensurados ao custo amortizado. As provisões para perda de ativos financeiros a receber do Poder Concedente ou com componente significativo de financiamento são mensuradas para 12 meses, exceto se o risco de crédito tenha aumentado significativamente, quando a perda esperada passa a ser mensurada para a vida inteira do ativo. As perdas de crédito esperadas para 12 meses são perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data do balanço (ou em um período mais curto, caso a vida esperada do instrumento seja menor do que 12 meses). As provisões para perdas com contas a receber de clientes sem componente significativo de financiamento são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento, as quais resultam de todos os possíveis eventos de inadimplemento ao longo da vida esperada do instrumento financeiro. O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual a Companhia está exposta ao risco de crédito. Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*). As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. Quando aplicável, as perdas de crédito são mensuradas a valor presente, pela diferença entre os fluxos de caixa a receber devidos a Companhia de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia espera receber. As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro. O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia para a recuperação dos valores devidos. A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos e debitada no resultado. **Ativos não financeiros:** Os valores contábeis dos ativos não financeiros são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável e, caso seja constatado que o ativo está *impaired*, um novo valor do ativo é determinado. A Companhia determina o valor em uso do ativo tendo como referência o valor presente das projeções dos fluxos de caixa esperados, com base nos orçamentos aprovados pela Administração, na data da avaliação até a data final do prazo de concessão, considerando taxas de descontos que reflitam os riscos específicos relacionados a cada

continua

ICP Brasil

para verificar a validação deste documento insira o seguinte email de signatário: publicidadelegal@jornalcruzeiro.com.br

D4Sign a338d5d1-ec39-4c8d-96e2-2e7610d3bf71 - Para confirmar as assinaturas acesse https://secure.d4sign.com.br/verificar
Documento assinado eletronicamente, conforme MP 2.200-2/01, Art. 10º, §2. Brasil